



DIREITO ADMINISTRATIVO



Estratégia
OAB

3ª SIMULADO COM CORREÇÃO EM VÍDEO

DIREITO ADMINISTRATIVO

PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

Tereza, proprietária de um grande terreno na beira mar do Município de Aracaju/SE, tem um acordo firmado com o Município prevendo a presença de uma servidão administrativa para passagem de canos de esgotos para que os dejetos públicos sejam despejados em alto mar pelo canal construído pelo poder público.

Após 2 anos da assinatura da servidão administrativa e com o respectivo registro da avença no cartório de registro de imóveis, o Município edificou um galpão no terreno para guardar as máquinas que seriam de utilidade para diversos serviços. Além disso, passados 3 anos, o Município criou no local uma sede de recolhimento de tributos para saneamento de toda cidade.

Inconformada com a situação e já ciente da incorporação feita pelo poder público, Tereza contratou advogado que ajuizou ação de desapropriação indireta com vistas à indenização pela área invadida pelo Município. Porém, referida demanda foi julgada totalmente improcedente em primeiro grau de jurisdição.

O magistrado fundamentou a sentença na impossibilidade de reivindicação do bem assim como da pretensão à reparação financeira, em decorrência da supremacia do interesse público sobre o privado.

Além disso, para o magistrado, ocorrera o transcurso de mais de cinco anos entre a ocupação do imóvel e a propositura da ação, ensejando a prescrição de eventual pleito indenizatório, previsto pelo artigo 206, § 3º, inciso V, do Código Civil.

A respeito da incorporação do terreno pelo Município, o magistrado reconheceu a ocorrência da prescrição aquisitiva de direitos, tendo o Município adquirido a propriedade do bem com a aplicação da usucapião especial urbana, com a ocorrência da ocupação pelo prazo de cinco anos ininterruptos, conforme artigo 1º da Lei 6969/81.

Manejado o correspondente recurso de apelação pelo advogado da Sra. Tereza, os autos foram encaminhados ao Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe após a apresentação das respectivas contrarrazões pela Procuradoria Municipal. No Tribunal, os autos foram distribuídos ao Desembargador Relator que negou seguimento à apelação sob o fundamento de que o recurso era manifestamente improcedente conforme fundamentos da sentença de primeiro grau.

Não há, na decisão monocrática do Desembargador Relator, qualquer obscuridade, contradição ou omissão que justifique a interposição de Embargos de Declaração.

Logo, Tereza, frustrada por não ter obtido êxito com o patrono anterior contrata você para que elabore a peça processual adequada ao reexame da matéria no âmbito do próprio Tribunal de Justiça, indicando o prazo legal para a interposição do recurso e os fundamentos que demonstram os direitos de sua cliente.

Observações: A peça deve abranger todos os fundamentos de Direito que possam ser utilizados para dar respaldo à pretensão. A simples menção ou transcrição do dispositivo legal não confere pontuação. [5,00 pontos]

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

QUESTÃO 01

Victor, servidor público do Tribunal de Justiça do Estado X, trabalha no setor de compras. Por ter vários amigos que são empreendedores, Victor costuma realizar determinadas compras permitidas por dispensa de licitação, porém com intuito de beneficiar a si próprio e alavancar a vida empreendedora de seus amigos.

Determinado dia foi constatado que Victor utilizou, em proveito próprio, bens integrantes do patrimônio do Tribunal de Justiça do Estado X.

Além disso, também restou comprovado que, cientes, se beneficiaram da utilização desses bens, José e João, amigos de Victor, que não possuem vínculo com qualquer ente da administração pública.

Diante dessa situação hipotética, na qualidade de advogado(a) consultado(a), responda aos itens a seguir:

a) José e João, mesmo não possuindo vínculo com o Tribunal de Justiça do Estado X, poderão responder por improbidade administrativa? (Valor: 0,60)

b) Para que seja configurado o ato de improbidade, será necessário o respectivo dano ao erário? (Valor: 0,65)

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar suas respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 02

Renan, analista judiciário do Tribunal Regional Federal, por pesquisa feita no próprio site do TRF, encontra seu contracheque acessível para qualquer pessoa verificar.

No site, há toda a transparência feita perante o Tribunal aos seus servidores.

Renan, fica indignado porque o site também tem divulgado outras informações pessoais dele, relativas à sua vida privada e intimidade.

Já Josué, cidadão, pretende colher informações de um contrato administrativo que reputa ter interesse público e a administração nega seu pedido por afirmar existir a necessidade de motivação do pedido.

Considerando essa situação hipotética, as normas sobre a Lei de acesso a Informação (LAI) e a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), na qualidade de advogado(a) consultado(a), responda aos itens a seguir:

- A) Poderão ser divulgadas informações pessoais dos servidores no portal da transparência, relativas à sua intimidade e vida privada? (Valor: 0,60)
- B) Para o acesso à informação de interesse público, a administração pública poderá exigir os motivos determinantes do pedido? (Valor: 0,65)

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar suas respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 03

Douglas, já concursado desde 2012 e ocupando um cargo de natureza científica, pretende se inscrever para o concurso de professor de uma escola pública do Estado de Alagoas em 2022.

Contudo, em acidente de trabalho, logo no início de 2015, Douglas perdeu a visão de seu olho esquerdo.

Para concorrer as vagas destinadas à pessoa com deficiência Douglas precisou enviar uma declaração de que, caso precise, necessita de atendimento especial na hora da elaboração da prova, e que necessita concorrer às vagas destinadas à pessoa com deficiência, enviando o laudo médico, para a comissão de avaliação da banca examinadora do concurso.

Porém a comissão avaliadora, por constatar que Douglas ainda possui a visão de um dos olhos, não o autoriza a concorrer às determinadas vagas, e que deveria concorrer às de ampla concorrência.

Diante dessa situação hipotética, na qualidade de advogado(a) de Douglas, responda aos itens a seguir:

A) Acaso Douglas seja aprovado ao cargo de professor, terá que optar pela remuneração do cargo, caso haja compatibilidade de horários? [0,60]

B) Está correto o posicionamento da Comissão avaliadora do concurso público no sentido de que Douglas deve concorrer as vagas destinadas às pessoas de ampla concorrência? [0,65]

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar suas respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 04

Roberto, prefeito do município Alfa, no ano de 2020, decidiu reformar o prédio da Prefeitura, em razão de seu precário estado de conservação. Assim, faz publicar edital de licitação na modalidade concorrência para contratação de empresa com capacidade de realizar a determinada reforma. O valor do contrato está estimado em R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais).

Diante dessa situação hipotética, na qualidade de advogado(a) consultado(a), responda aos itens a seguir, conforme a Lei 8.666/93:

A) No caso em comento, a licitação poderá ser realizada na modalidade concorrência? [0,65]

B) Uma vez realizada a licitação, é possível a sua revogação? [0,60]

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar suas respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Amigos, boa sorte no simulado.

Espero que vocês tenham gostado. Abraços,

Igor Maciel



@ProfIgorMaciel